



Avenida Graça Aranha 35 - Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP 20030-002
Telefones: - <https://www.gov.br/ancine>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 01416.001036/2023-96

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
SERVIÇO DE CAPACITAÇÃO

Agência Nacional do Cinema - ANCINE
Processo Administrativo nº 01416.006475/2022-12

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de **Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP)**, CNPJ 18.731.160/0001-90, para capacitar 01 (um) servidor da ANCINE no curso “**Segurança em Aplicações Web aplicadas ao Setor Público**”, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE DE INSCRIÇÕES	HORÁRIO/ PERÍODO	VALOR UNITÁRIO
1	Online	01	27/06/2023 a 30/06/2023 Das 8h00 às 12h00	R\$ 1.840,00

1.2. A presente contratação adotará como regime de execução *Empreitada por Preço Global*.

1.3. O prazo de execução dos serviços será de 27/06/2023 a 30/06/2023, totalizando 40 horas de curso online/ao vivo.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. De acordo com o programa (SEI nº 2734485), o curso “**Segurança em Aplicações Web aplicadas ao Setor Público**” tem por objetivo apresentar as melhores práticas de segurança para desenvolvimento de Aplicações Web, com foco em instituições públicas. A participação permitirá ao servidor adquirir conhecimentos a respeito dos ciclos de vida de desenvolvimento de software e entender as principais vulnerabilidades de segurança em aplicações web sob uma visão prática de riscos.

2.2. A programação do evento demonstra que será abordado um variado conteúdo expositivo, conforme detalhado abaixo:

1. APLICAÇÕES WEB

- 1.1 Conceitos básicos
- 1.2 Infraestrutura de segurança
- 1.3 Vulnerabilidades e riscos

2. SEGURANÇA NO CICLO DE VIDA DO DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES WEB

- 2.1 Conceitos básicos
- 2.2 Melhores práticas
- 2.3 Guias de teste de aplicações
- 2.4 Padrões de verificação de segurança de aplicações
- 2.5 Modelos de maturidade de software

3. VULNERABILIDADES E RISCOS

- 3.1 Controles proativos
- 3.2 Vulnerabilidades em aplicações móveis
- 3.3 Riscos de privacidade
- 3.4 Vulnerabilidades em APIs
- 3.5 Vulnerabilidades em dispositivos IoT (“Internet das coisas”)

4. VULNERABILIDADES COMUNS EM APLICAÇÕES WEB – OWASP TOP 10

- 4.1 Conceitos e objetivos
- 4.2 Processo de elaboração e cálculo dos riscos
- 4.3 Práticas de mitigação de vulnerabilidades com laboratórios e materiais complementares
- 4.4 Debates sobre ações aplicáveis em órgãos públicos

- a) *definir e manter os modelos, metodologia e padrões de qualidade, arquitetura informação e de desenvolvimento de software;*
- b) *gerir a documentação de sistemas e soluções desenvolvidas, mantendo-a atualiz*
- c) *definir e operar as atividades de gerência de configuração e de garantia artefatos gerados nos projetos de desenvolvimento e manutenção de soluções;*
- d) *coordenar a realização de atividades de prospecção, escolha, desenho arquiteturas, metodologias, aplicações, plataformas e bases tecnológicas a s ANCINE;*
- e) *administrar as arquiteturas e componentes de referência de tecnologia comunicação;*
- f) *pesquisar, desenvolver e apoiar a disseminação de melhores práticas de arquitu soluções de tecnologia de informação e comunicação;*
- g) *planejar e fiscalizar tecnicamente as aquisições e os contratos de prestação de s relativos à tecnologia da informação nos assuntos pertinentes a sua área de atuaçã*
- h) *analisar, planejar e prover o atendimento das demandas referentes ao manutenção, adaptação, integração e evolução dos sistemas de informaç desenvolvidos pela ANCINE, assim como da intranet e portais corporativos;*
- i) *realizar a análise de comportamento não esperado em produção de soft internamente e, quando aplicável, proceder à correção necessária do código e di instalação pela área competente;*
- j) *planejar e prover o atendimento das demandas referentes à análise de inform mineração de dados; e*
- k) *promover a integração, consistência e qualidade das informações nos corporativos e a aderência das soluções sistêmicas à arquitetura de tecnolo definida. (grifo meu)*

2.4. Pelo exposto até aqui, observa-se que **há correlação entre a temática da cap atribuições da servidora em sua área de atuação**, dado que a CPE necessita aces cotidianamente os dados de cadastro de recursos humanos da ANCINE.

2.5. Ademais, sobre as justificativas para participar da capacitação oferecida pela em **Brasileiro de Governança Pública (IBGP)**, em contraponto à Escola de Govern servidor relata em sua requisição que não existe curso similar a este oferecido pela ENAP:

"Não existe similaridade"

2.6. A participação do servidor na capacitação em tela contribuirá para atende necessidades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP vigente (SEI nº :

"Promover a segurança da informação de acordo com as normas vigentes e melho

2.7. Uma vez que há correspondência entre as atribuições do participante e a capacitaç bem como há as devidas justificativas do servidor, com a aprovação de sua chefia im 2707324), além de atendimento às necessidades estabelecidas no PDP vigente, depre capacitação terá um **impacto positivo para os setores requisitantes e, consequentem ANCINE.**

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo abrange a prestação de serv intitulado **“Segurança em Aplicações Web aplicada ao Setor Público”**, para atendimento de capacitação do servidor da ANCINE. A solução inclui aulas *online* ao vivo, fornecimento de participação, material didático e disponibilização do conteúdo do curso pelo período d corridos, a partir do encerramento do treinamento.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DA JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE E RAZÃO DA E EXECUTANTE DO SERVIÇO

5.1. A presente contratação será feita diretamente, por inexigibilidade de licitação, com 25, inciso II da Lei n.º 8.666, de 1993, conforme explicitado nos itens a seguir.

5.2. De acordo com a Decisão no Acórdão nº 439/1998 do Tribunal de Contas da contratação de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, bem como **a inscrição de servidores para participação em cursos e a terceiros**, enquadram-se na hipótese de **inexigibilidade de licitação** prevista no inciso combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93.

5.3. Também o professor Jacoby Fernandes refere-se ao assunto como hipótese de inexigibilidade de licitação:

"É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido em caráter privado de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, tornando-se inviável a competição." (Fonte: Contratação Direta sem Licitação. 7ª Edição Fórum, 2008, p. 543)

5.4. Analisando o art. 25 da Lei de Licitações, que estabelece critérios para a inexigibilidade de licitação, tem-se:

*"Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em
I- (...)*

II- para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade de licitação por meio de publicidade e divulgação;

III- (...)

§1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conhecimento, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relativos a suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente necessário para a plena satisfação do objeto do contrato." (grifou-se)

5.5. Portanto, para que seja considerada inexigível a **licitação é necessário que sejam atendidas as condições:** (i) que o serviço esteja **elencado no art. 13 da Lei nº 8.666/93**, (ii) que o serviço seja **de natureza singular** e (iii) que seja realizado **por profissionais ou empresas de notória especialização**.

5.6. Sobre a 1ª condição acima, **o caráter específico e especializado das competências envolvidas na capacitação permite enquadrá-la no disposto no inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93**, que considera treinamento e aperfeiçoamento de pessoal serviço técnico especializado.

5.7. Satisfeita a 1ª condição, analisaremos a **singularidade** do objeto da contratação. O TCU vem apontando o entendimento a ser seguido. Por meio do Acórdão nº 1.437, de 2006, o TCU aprovou a Súmula nº 264 (cuja numeração atualizada é Súmula nº 39/2011), com o seguinte teor:

"A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com natureza singular de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade que não possa ser medido pelos critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação." (grifou-se)

5.10. O curso será promovido na modalidade a distância (*online*), prescindindo-se passagens e diárias de viagem. De acordo com informações da empresa, a capacitação será meio de aulas com transmissão totalmente ao vivo pela *internet*, adotando metodologia de realidade virtual, com aulas interativas e em tempo real, além de material de apoio exclusivo e específico. A ação certificará aos participantes 16 (dezesesseis) horas de capacitação. Além disso, o curso será disponibilizado para acesso online pelo período de 10 (dez) dias corridos, após o encerramento do treinamento.

5.11. O conteúdo programático inclui temas importantes para o tema da capacitação de aplicações web: 1. Aplicações Web - 1.1 Conceitos básicos, 1.2 Inseguranças, 1.3 Vulnerabilidades e riscos; 2. Segurança no Ciclo de Vida do Desenvolvimento de Aplicações - 2.1 Conceitos básicos, 2.2 Melhores práticas, 2.3 Guias de teste de aplicação, 2.4 Verificação de segurança de aplicações, 2.5 Modelos de maturidade de software; 3. Vulnerabilidades - 3.1 Controles proativos, 3.2 Vulnerabilidades em aplicações móveis, 3.3 Privacidade, 3.4 Vulnerabilidades em APIs, 3.5 Vulnerabilidades em dispositivos IoT (“coisas”); 4. Vulnerabilidades Comuns em Aplicações Web – OWASP TOP 10 - 4.1 Objetivos, 4.2 Processo de elaboração e cálculo dos riscos, 4.3 Práticas de mitigação de vulnerabilidades com laboratórios e materiais complementares, 4.4 Debates sobre ações aplicáveis em órgãos públicos, portanto, abordará questões relevantes, relacionadas a segmentos centrais da Administração Pública, devendo contribuir para a aquisição e/ou atualização de conhecimentos valiosos sobre a atualidade deste assunto, com vistas ao progresso da gestão da ANCINE.

5.12. Quanto ao instrutor, o curso será ministrado por André Torres, especialista em Segurança da Informação (UPIS) e em Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (Universidade de Brasília). Foi ainda Agente de Polícia Federal, na área de Informação e Repressão aos Crimes Cibernéticos e instrutor em diversos treinamentos da Polícia Federal no Brasil e no Exterior. Atualmente, desde 2010, é Auditor Federal de Controle Externo, Especialidade Tecnologia da Informação, desde 2010 e possui diversas certificações relacionadas ao tema (SEI nº 2827536).

5.13. Ademais, como a escolha da capacitação foi efetuada diretamente pelo próprio órgão, anuída por sua chefia imediata -, conforme a temática e conteúdo programático, conjugando as lacunas de desenvolvimento, entende-se que a mesma é singular para a realidade funcional, amoldando-se à sua disponibilidade e necessidades laborais.

5.14. Acerca do tema, cabe a menção ao excerto constante do Voto no Acórdão nº 439/1998

"(...)sendo de natureza singular o serviço, será fatalmente diferente um treinamento que sobre os mesmos temas, quando ministrado por particulares diversos, sendo desiguais os produtos que os variados profissionais oferecem, torna-se singular a licitação(...)" (grifou-se)

5.15. Nessa mesma linha de raciocínio, o pensamento do administrativista Antônio Carlos Amaral é esclarecedor:

"Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal é serviço técnico profissional especializado, previsto no art. 13, VI, da mesma Lei nº 8.666/93. Em princípio, é de natureza singular, porque envolve uma ou mais pessoas físicas, mesmo quando a contratada é pessoa jurídica. A singularidade decorre de que dessa ou dessas pessoas físicas (instrutores ou docentes) requer-se: a) conhecimento técnico; b) domínio do assunto; c) didática; d) experiência e habilidade na comunicação. (...) Como não se pode dissociar o treinamento do instrutor, a singularidade subjetiva é também objetiva." (Fonte: Ato Administrativo, Lício de Almeida, Malheiros Editores, 1995, pág. 110)

5.16. Ressalta-se ainda que a singularidade não pressupõe exclusividade e, portanto, a existência de outras instituições que ofereçam capacitações na área não inviabiliza a ine-

5.17. O último critério para a confirmação da inviabilidade de competição está na **notória da instituição** que se almeja contratar, que deve ser atestada através do desempenho, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de o relacionados com suas atividades. Nesse sentido, a empresa **Instituto Brasileiro de Gestores, Auditores e Técnicos do setor público brasileiro** (SEI nº 2827556). Presa há dez anos, a empresa promove diversos cursos sobre temas relevantes para o setor, eles alguns voltados para a área de segurança da informação, ministrados por qualificados (SEI nº 2827582 e 2827556). Também constam no processo atestado: técnica fornecidos por diversos órgãos públicos, que ratificam a qualidade dos cursos pela organizadora (SEI nº 2742727, 2742737, 2742742 e 2742747).

5.18. Assim sendo, salvo melhor juízo, aparentar-se-iam satisfeitas neste processo as condições contratação ora pretendida ser a de um **serviço técnico profissional especializado**, bem como **objeto e notória a especialização** da pretendida contratada. E, uma vez configurada a cumulação destes três requisitos, **estaria justificada, pois, a inexigibilidade de licitação**.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1. A CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE logins, senhas e outras informações necessárias para:

6.1.1.1. acesso à sala virtual de transmissão do curso via videoconferência profissional;

6.1.1.2. acesso exclusivo à Plataforma do Aluno, que permite acesso e interação;

6.1.1.3. acesso a certificado de participação, apostila digital, exercícios complementar.

6.2. A execução dos serviços será iniciada em 27/06/2023, data do início do evento de capacitação.

6.3. A vigência do contrato será de 90 (noventa) dias corridos com início na data de emissão do Empenho.

6.4. O prazo para aceite provisório é de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da documentação referente ao fornecimento.

6.5. O prazo para aceite definitivo pela fiscalização será de 30 (trinta) dias corridos, com o provisório, e será automático, caso não haja manifestação do contratante nesse período.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos contratuais e os termos de sua proposta;

7.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano e nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos competentes para as providências cabíveis;

7.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou constatações no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, e as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

7.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico.

- 7.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando a contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção ao usuário;
 - 7.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 7.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada para a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto do contrato, em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 7.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeitos de diárias e passagens.
- 7.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços do contrato;
- 7.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção de providências cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 7.9. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, ofereça condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 7.10. Arquivar, dentre outros documentos, orçamentos, termos de recebimento, relatórios e notificações expedidas.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade mínimas especificadas neste documento e na proposta;
- 8.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir integralmente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar do preço contratado a exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 8.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 8.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 8.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Empresas (SICAF), a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização no dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) certidão de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais, estaduais e municipais; 3) certidão de regularidade perante a Fazenda Nacional do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS (CRRF); 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2.

- 8.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 8.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus representantes, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como a documentação relativa à execução do empreendimento.
- 8.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não seja executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou terceiros.
- 8.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, equipamentos e demais necessários à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 8.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a cumpri-los de forma eficiente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto, no prazo determinado.
- 8.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, bem como às determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e as condições de segurança, higiene e disciplina.
- 8.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 8.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos; não permitir a utilização de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.
- 8.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do contrato;
- 8.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos serviços em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros não previstos inicialmente em sua proposta, desde que tais fatores não sejam decorrentes de eventos exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 8.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 8.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 8.21. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 1.1 do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 8.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, incluindo eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas pelo CONTRATANTE, recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 8.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos e serviços produzidos e prestados pelo CONTRATANTE.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade.

11. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da execução pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade competente para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, observados os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a respectiva especificação, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 11.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades da Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas nesta legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de trabalho, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a continuidade das atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de outras relacionadas à Gestão do Contrato.
- 11.6. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente a qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir perante a CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 11.7. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação de serviços realizada.
- 11.8. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize o desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 11.9. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços em nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que decorrente de excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e não controláveis pelo prestador.
- 11.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade dos serviços.
- 11.11. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo V da Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 11.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de atos ou omissões de terceiros.

- 12.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo nos termos abaixo.
- 12.2. No prazo de até **30 (trinta) dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.
- 12.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 12.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados por profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais do serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 12.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de avaliação o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações objetivas e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no edital, resultando no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 12.3.1.2. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à realização de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções de Operação.
- 12.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos relatórios da CONTRATADA, quando cabível, cada fiscal ou a equipe de fiscalização elaborará o Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e o enviará ao gestor do contrato.
- 12.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único serviço circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo ser encaminhados ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 12.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com base no relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com base no último.
- 12.3.2.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser realizada, o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 12.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza a execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 12.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada à fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA a correção escrita, as respectivas correções;
- 12.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 12.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor dimensionado pela fiscalização.
- 12.5. O recebimento da última etapa de execução equivale ao recebimento do contrato.

- 12.5.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos observados e disposto no art. 69 da Lei 8.666/93;
- 12.5.3. O prazo para recebimento definitivo será de 30 dias;
- 12.5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ocorrer dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se definitivamente no dia do esgotamento.
- 12.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer caso, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das leis em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).
- 12.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desconformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sob pena de prejuízo da aplicação de penalidades.

13. DO PAGAMENTO

- 13.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto, conforme este Projeto Básico.
- 13.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a glosa e emitir a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 13.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 13.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite fixado no inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, de acordo com o art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da declaração de regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade, pelo acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou por qualquer outro meio mencionado no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da empresa contratada, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993, e na Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal/Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 13.5.1. o prazo de validade;
- 13.5.2. a data da emissão;
- 13.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 13.5.4. o período de prestação dos serviços;
- 13.5.5. o valor a pagar; e
- 13.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 13.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam o pagamento, a Contratante deverá ser notificada para corrigir o documento no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de suspensão do pagamento.

- 13.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.
- 13.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado um período, a critério da contratante.
- 13.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público ou ocorrência de impedimentos indiretos, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa de abril de 2018.
- 13.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratada deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à irregularidade contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam tomados meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias para regularizar a situação contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a defesa da contratada.
- 13.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente. Caso seja decidida a rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto à contratante:
- 13.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada, com a devida anulação do SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro motivo de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade da contratante.
- 13.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo II da Lei 8.212/1993, SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 13.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa ou a qualquer servidor em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento nas Diretrizes Orçamentárias vigentes.
- 13.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha solicitado a aplicação de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, a ser apurada se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer assumidas na contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; ou
- e) cometer fraude fiscal.

15.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízo para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência de 5 (cinco) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução parcial da obrigação, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, a total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicatado em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem 15.2.1, inciso i, para a inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicatado em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento das penalidades em **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 5 (cinco) dias por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
 - (6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes.
- iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade da Administração Pública pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 6 (seis) meses;
- iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quando perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii” e “iv” poderão ser aplicadas à Contratada, juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

15.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as **tabelas 1 e 2**:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
------	-----------------

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato;
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato;
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato;

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRADIENTE
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do	01

	formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

15.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93 as empresas ou profissionais que:

15.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, recolhimento de quaisquer tributos;

15.5.2. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, tenham cometido atos ilícitos praticados.

15.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos de seus créditos, ou serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

15.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados ao licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme o Código Civil.

15.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de ato lesivo à Administração Pública tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação Processual de Responsabilização - PAR.

15.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não serão considerados ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

15.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de a

15.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO DO EXECUTOR DOS SERVIÇOS

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Receita Federal da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa pelo Conselho Nacional de Justiça;

d) Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU;

16.2. Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

16.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, de impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

16.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas. Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

16.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas similares, dentre outros.

16.6. O proponente será convocado para manifestação previamente a uma eventual contratação.

16.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF de aqueles legalmente permitidos.

16.8. Se a contratada for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz. Se a contratada for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.9. Serão aceitos registros de CNPJ de proponente matriz e filial com diferença de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a contribuição e recolhimento dessas contribuições.

16.10. Para fins de contratação, deverá a contratada comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

16.11. Habilitação Jurídica:

16.11.1. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores e representantes legais;

16.11.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as cópias autênticas da consolidação respectiva.

16.12. Regularidades Fiscal e Trabalhista:

16.12.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

16.12.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procurador-Geral da Fazenda Nacional;

termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.12.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao sede do contratado.

16.12.6. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio do contratado;

16.12.7. caso a contratada seja considerada isenta de tributos relacionados, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra forma da lei;

17. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO CONTRATADO

17.1. O custo da contratação é de R\$ 1.840,00 (hum mil oitocentos e quarenta reais), cuja razoabilidade encontra-se demonstrada nos itens que se seguem.

17.2. A organizadora encaminhou proposta comercial (SEI nº 2742425) à ANCINE, cujo custo da inscrição individual no curso “**Segurança em Aplicações Web aplicadas ao Público**”, de 16 (dezesesseis) horas-aula, equivalente ao valor de R\$ 1.840,00 (hum mil oitocentos e quarenta reais), conforme exposto em seu sítio eletrônico (SEI nº 2825927), e a publicidade na rede de computadores.

17.3. Também foram anexados aos autos Notas Fiscais de serviços similares, com valores também similares ao ofertado à ANCINE, prestados a outros contratos (2742712, 2742718 e 2742720) para fins de comparação. Observa-se, então, que é necessário à participação da servidora no evento que se almeja contratar é compatível com o ofertado ao mercado.

17.4. Tratando-se de instrução de processo para fins de inexigibilidade, cumpre ao que dispõe a Orientação Normativa nº 17, de 2009, da Advocacia Geral da União:

"A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação é aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos (grifou-se)

17.5. Se é certo que o conceito de “meio igualmente idôneo” comporta amplo espectro, também não é menos inequívoco que a Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 05, de 2005, em seu art. 2º, um rol de parâmetros aceitáveis para pesquisas de preços para fins de aquisição de serviços, admitindo, entre outros meios, a consulta a sítios eletrônicos de computadores. Senão vejamos:

"Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes meios (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.pl> (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas oitenta dias anteriores à data da pesquisa de preços; (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados, desde que contenha a data e hora de acesso; ou (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem mais de 180 (cento e oitenta) dias. (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação a ser determinada pela Gerência de Finanças e Orçamento da ANCINE, após emissão de certificação orçamentária de empenho, conforme itens a seguir:

Gestão/Unidade;

Fonte de Recursos;

Programa de Trabalho;

Elemento de Despesa;

Plano Interno;

Nota de Empenho.



Documento assinado eletronicamente por **Edney Christian Thomé Sanchez, Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual**, em 16/05/2023, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Cezar De Souza Júnior, Técnico Administrativo**, em 18/05/2023, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador **2827368** e o código CRC **5DE1EA7C**.